



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

1

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Os **SUPERVISORES**, além de cumprir as atribuições **COMUNS** a todas as categorias profissionais previstas no contrato, deverão:

- 1.1 acatar orientações e determinações da Gestão contratual;
- 1.2 prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Gestão contratual;
- 1.3 verificar diariamente a ocupação dos postos de serviços, de acordo com as orientações da fiscalização do CONTRATANTE;
- 1.4 controlar o horário de entrada e saída ao trabalho dos vigilantes;
- 1.5 providenciar a cobertura de eventuais faltas ao serviço pelos vigilantes;
- 1.6 verificar se o efetivo de vigilantes encontra-se em condições de assumir o serviço tanto no aspecto da apresentação pessoal quanto no aspecto psicológico;
- 1.7 manter a ordem, a disciplina e o respeito mútuo com todo o efetivo de funcionários da CONTRATADA, orientando-os e instruindo-os quanto a forma correta de agir;
- 1.8 fiscalizar para que os vigilantes não abordem Membros ou Servidores para tratar de assuntos particulares ou referente ao seu serviço;
- 1.9 zelar para que o serviço transcorra sempre dentro da normalidade, obedecidas as orientações regulamentares do CONTRATANTE;
- 1.10 receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos vigilantes da CONTRATADA, dando o devido retorno aos solicitantes quanto aos pleitos formulados;
- 1.11 acompanhar, fiscalizar e orientar o correto uso dos uniformes, equipamentos e armamento;
- 1.12 controlar eventuais trocas de plantão dos vigilantes cuja jornada seja de 12 x 36 horas, não permitindo a redução do período de descanso;
- 1.13 fazer a conferência e o encaminhamento mensal das folhas de ponto;
- 1.14 conhecer as atribuições de cada posto de serviço ocupado pelos vigilantes da CONTRATADA, de acordo com orientações da Gestão Contratual;
- 1.15 não permitir que os vigilantes da CONTRATADA se agrupem nos postos a fim de conversarem sobre assuntos que não digam respeito ao serviço;
- 1.16 não permitir que os funcionários abandonem seus postos, sem motivo plenamente justificado e sem a devida substituição;
- 1.17 manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;
- 1.18 evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, exceto em legítima defesa e no estrito cumprimento de suas atribuições legais previstas nesta contratação, com Membros, servidores, estagiários, terceirizados ou visitantes, buscando sempre o auxílio para esclarecimentos e orientações junto à Gestão Contratual;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 1.19 não permitir que os funcionários da CONTRATADA entrem ou saiam das dependências do CONTRATANTE por locais que não aqueles previamente determinados;
- 1.20 promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando sua imediata remessa à Seção de Segurança de Instalações - SESIN, com o devido registro;
- 1.21 comunicar à Gestão Contratual, para as providências cabíveis, nomes dos vigilantes da CONTRATADA que tenham sido dispensados durante o plantão, informando o motivo da dispensa;
- 1.22 comunicar à Gestão Contratual as faltas ou atrasos de vigilantes, para que este tome as devidas providências cabíveis;
- 1.23 desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações da Gestão Contratual, de acordo com as necessidades do serviço;
- 1.24 instruir os vigilantes quanto ao uso de rádio transmissor;
- 1.25 fiscalizar, controlar e orientar, constante e permanentemente, o correto uso e manutenção das armas, coibindo qualquer uso indevido ou indiscriminado do armamento;
- 1.26 não permitir que os vigilantes da CONTRATADA saiam armados dos postos de serviço e efetuem manuseio indevido do armamento;
- 1.27 providenciar a imediata substituição de armas defeituosas ou danificadas, verificando sempre a validade da munição;
- 1.28 informar-se de ocorrências do plantão anterior;
- 1.29 registrar em livro de ocorrência os principais fatos do plantão, diurno ou noturno;
- 1.30 estar à disposição dos vigilantes, sempre que necessário, visando resolver problemas relativos aos serviços estabelecidos no Contrato;
- 1.31 inspecionar e zelar pela qualidade do serviço dos vigilantes, inclusive quanto ao atendimento ao público em geral;
- 1.32 responsabilizar-se pelos controles de pessoas e veículos que circulam nas dependências do CONTRATANTE, bem como o controle de bens e chaves;
- 1.33 verificar o funcionamento de equipamentos de raios-X, pórticos detectores de metais, e quaisquer outros equipamentos ou sistemas de controles do CONTRATANTE, utilizados nos postos de vigilância, comunicando imediatamente à Gestão Contratual quando da sua inoperância no caso de apresentarem defeito, objetivando a devida reparação;
- 1.34 inspecionar, com a devida frequência, os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, utilizados pelos vigilantes (rádio transmissor, armamento e outros) providenciando a sua reparação imediata caso apresentem defeito;
- 1.35 providenciar, junto à CONTRATADA, o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;
- 1.36 apresentar soluções e comunicar à fiscalização, acerca das dificuldades apresentadas pelos vigilantes nos períodos dos plantões, e
- 1.37 fiscalizar, diariamente, a apresentação e o preenchimento dos livros e formulários utilizados pelos vigilantes.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 2 Os VIGILANTES, além de cumprir as atribuições COMUNS à categoria profissional previstas no contrato, deverão:
- 2.1 atender as normas de segurança do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contidas na Política de Segurança Institucional da instituição;
 - 2.2 conduzir-se com urbanidade e educação, tratando todos com respeito, procurando atender ao público e servidores do CONTRATANTE, com atenção e presteza;
 - 2.3 cumprir rigorosamente os horários e escalas definidos no contrato;
 - 2.4 registrar o ingresso e saída de todos os veículos em controle específico;
 - 2.5 monitorar, por meio de CFTV, o deslocamento dos visitantes no interior das dependências do CONTRATANTE;
 - 2.6 não autorizar a entrada de pessoas armadas exceto de acordo com o previsto em ato normativo específico, com devida anotação em livro específico;
 - 2.7 monitorar, por meio de equipamentos de raios-X e detectores de metais, o acesso de pessoas, bolsas, mochilas, malas, etc, às unidades do MPDFT;
 - 2.8 não interferir em assuntos para os quais não tenha sido convocado;
 - 2.9 não permanecer em grupos conversando durante horário de serviço;
 - 2.10 evitar o uso de telefones desnecessariamente, não aceitando ligações interurbanas ou a cobrar;
 - 2.11 apresentar-se devidamente uniformizado, asseado, unhas e cabelos cortados, no caso de profissionais do sexo masculino;
 - 2.12 apresentar-se devidamente uniformizada, asseada, cabelos presos ou curtos e unhas bem feitas, no caso de profissionais do sexo feminino;
 - 2.13 evitar sujeiras dentro e em torno das guaritas/recepções, bem como a utilização de objetos estranhos ao estrito cumprimento do serviço;
 - 2.14 ter o devido zelo com todo o patrimônio do CONTRATANTE colocado à sua disposição, informando à supervisão, com urgência, a sua indisponibilidade;
 - 2.15 registrar em livro de ocorrência os principais fatos do dia, assinando, datando e apondo horário do respectivo registro;
 - 2.16 receber com urbanidade os visitantes, informando e orientando sempre que solicitado, dirigindo-o, rapidamente, ao local pretendido;
 - 2.17 manter-se atento à circulação de pessoas, em especial visitantes e, havendo alguma suspeita, efetuar a abordagem de forma educada, visando a conhecer suas intenções;
 - 2.18 realizar triagem de pessoas e materiais nas entradas e saídas dos edifícios do CONTRATANTE, por meio de equipamentos detectores de metal e de raio-X;
 - 2.19 orientar os servidores, visitantes e terceirizados quanto ao uso de catracas eletrônicas e crachás de identificação;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 2.20 auxiliar os ocupantes dos edifícios quando da execução do plano de abandono das instalações;
- 2.21 acompanhar e verificar o uso de credenciais de acesso à garagem interna do CONTRATANTE;
- 2.22 impedir que veículos sejam estacionados fora das vagas nos estacionamentos;
- 2.23 efetuar, em sistema de controle próprio, o registro de entrada e saída de veículos oficiais ou particulares de membros, servidores e outros, que adentrarem nas dependências do MPDFT;
- 2.24 manter os portões de entrada e saída dos prédios e das garagens trancados, fora do horário de expediente;
- 2.25 proibir, quando não autorizado, o acesso às dependências do CONTRATANTE, de pessoas e equipamentos particulares fora do horário de funcionamento do órgão;
- 2.26 não permitir o aglomerado de pessoas junto aos postos de vigilância, comunicando o fato ao supervisor, no caso de insistência;
- 2.27 não permitir atividade comercial junto aos postos de vigilância e imediações que ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços;
- 2.28 não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde sem antes submetê-los a apreciação da supervisão da CONTRATADA e da Gestão Contratual;
- 2.29 não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa em traje incompatível com o ambiente de trabalho, para cuja ocorrência deverá ser acionado o supervisor do contrato, salvo quando ficar caracterizada situação funcional ou de emergência;
- 2.30 não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora ou visual nas dependências do CONTRATANTE, salvo nos casos de emergência;
- 2.31 acompanhar de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores de vigilância eletrônica comunicando de imediato aos supervisores quaisquer fatos ou ação considerada anormal, reduzindo a termo em livro próprio toda e qualquer ocorrência verificada no turno;
- 2.32 não permitir o acesso de pessoas que se neguem a se identificar nos termos estabelecidos pela segurança interna da instituição, salvo por decisão ou autorização expressa da área de Segurança Orgânica da SSI;
- 2.33 coibir a formação de piquetes por grupo de manifestantes nas áreas edificadas e com cobertura de jurisdição do MPDFT;
- 2.34 não permitir a fixação de panfletos, cartazes, recortes ou outros tipos de manifestação escrita, nos murais, paredes, pilastras, vidraças, janelas, alambrados, dentre outros, sem a prévia autorização da área competente;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 2.35 comunicar à Polícia Militar do DF, bem como a gestão Contratual, sempre que constatada aglomeração de pessoas nas imediações dos edifícios do CONTRATANTE, ou ações de depredação e/ou possibilidade de invasão dos edifícios;
- 2.36 verificar, diariamente, portas e janelas de todos os edifícios, constatando se estão devidamente fechadas, promovendo o registro de ocorrência e o respectivo fechamento;
- 2.37 diariamente, ao final do período de trabalho, verificar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;
- 2.38 fazer rondas periódicas na área de sua guarda durante o turno de trabalho;
- 2.39 assumir o posto de vigilância no horário estabelecido, portando todos os equipamentos e acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 2.40 ao assumir o posto: receber e passar o serviço ao substituto; informar todas as ocorrências encontradas; conferir o material existente no posto; e tomar conhecimento das ordens e orientações recebidas;
- 2.41 cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço;
- 2.42 manter atualizada a documentação de referência utilizada no posto;
- 2.43 manter-se sempre com uma postura correta;
- 2.44 não se ausentar do posto de vigilância antes da chegada do vigilante que realizará a rendição;
- 2.45 orientar eventual vigilante reserva de todas as restrições existentes no posto;
- 2.46 conhecer as atribuições do posto de vigilância que ocupa e a perfeita utilização dos equipamentos de raio-X, pórtico detector de metais, rádio transmissor, armamento, ou quaisquer outros equipamentos colocados à sua disposição com as devidas instruções de utilização;
- 2.47 não abandonar o posto de vigilância, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicando o fato, o mais rápido possível, à supervisão para que proceda a devida rendição;
- 2.48 comunicar, se possível com antecedência, ao supervisor, a necessidade de faltar ao serviço, decorrente de motivo de saúde ou força maior;
- 2.49 manter sigilo de qualquer informação obtida em razão do cargo que ocupa, em especial aquelas que tratam da área de segurança;
- 2.50 não participar de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;
- 2.51 abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetivos descritos no contrato, durante o horário de prestação dos serviços;
- 2.52 evitar conversas desnecessárias com colegas de serviço e/ ou outras pessoas durante o trabalho;
- 2.53 evitar tratar de assuntos relacionados ao serviço ou outros, de caráter reservado, com qualquer pessoa alheia ao serviço;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 2.54 somente entrar em áreas reservadas, em casos de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 2.55 não abordar autoridades ou funcionários de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou relacionado ao serviço, salvo quando devidamente autorizado por sua supervisão;
- 2.56 atuar, sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando e acionando os meios disponíveis;
- 2.57 adotar todas as providências ao seu alcance, para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 2.58 buscar orientação de sua supervisão ao se deparar com situações atípicas ou de difícil solução;
- 2.59 prestar auxílio às atividades de prevenção e combate a incêndios, seguindo as orientações estabelecidas pela Gestão Contratual;
- 2.60 os vigilantes somente deverão utilizar suas armas, em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios pacíficos para solucionar o problema;
- 2.61 é proibido brincar com a arma, manuseá-la desnecessariamente ou entregá-la a outra pessoa, mesmo que qualificada para o seu uso;
- 2.62 é expressamente proibido repassar a arma carregada para outra pessoa. O desmuniamento em local seguro é indispensável para a entrega da arma ao seu sucessor;
- 2.63 portar a arma somente no coldre, mantendo atenção para que o fecho de segurança permaneça sempre travado;
- 2.64 adotar todas as precauções e cuidados indispensáveis ao manuseio de armamentos, conforme orientações e determinações da Gestão Contratual e da fiscalização do CONTRATANTE;
- 2.65 não substituir em nenhuma hipótese a munição recebida;
- 2.66 acompanhar, sempre com orientação de um servidor da Secretaria de Segurança Institucional, os diversos eventos realizados nos auditórios e demais ambientes existentes nos edifícios do CONTRATANTE;
- 2.67 inspecionar o local de realização dos eventos antes e depois, para verificar a ocorrência de sinistros e existência de objetos perdidos;
- 2.68 acompanhar, quando necessário, as rondas realizadas pelos brigadistas; Acionar e auxiliar, quando necessário, os brigadistas e o serviço médico nas situações de emergência.

3 SÃO ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODAS CATEGORIAS PREVISTAS:

- 3.1 cumprir rigorosamente os horários e escalas de serviço definidos no contrato;
- 3.2 assumir o posto de trabalho no devido horário e de posse dos acessórios obrigatórios para o bom desempenho do serviço;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 3.2.1 cumprir as normas de segurança do MPDFT, notadamente, sobre:
- 3.2.2 Não fornecer dados pessoais de integrantes do MPDFT aos solicitantes estranhos à Gestão Contratual, pessoalmente ou via telefone;
- 3.2.3 não informar horários de chegada, saída ou presença de integrantes do MPDFT sem pedir autorização para tal; e
- 3.2.4 não fornecer informações sobre rotinas internas do MPDFT.
- 3.3 atuar de forma cortês e respeitosa com todas as pessoas que circulam nas dependências do CONTRATANTE – membros, servidores, estagiários, terceirizados, visitantes etc, tratando todos com atenção e presteza;
- 3.4 agir de maneira rápida, enérgica e convincente em situações de urgência ou emergência;
- 3.5 conhecer todas as instalações físicas dos prédios do CONTRATANTE;
- 3.6 permanecer constantemente atento ao serviço, observando todas as movimentações nas dependências do CONTRATANTE;
- 3.7 registrar em livro de ocorrência os principais fatos ocorridos no turno;
- 3.8 portar sempre, visivelmente, crachá de identificação fornecido pelo MPDFT;
- 3.9 deixar o posto somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade e após autorização da Supervisão de Vigilância ou da chefia imediata;
- 3.10 entrar em áreas reservadas, somente em caso de emergências ou quando devidamente autorizado;
- 3.11 evitar atrito ou confronto de qualquer natureza com Membros, Servidores, prestadores de serviços/terceirizados, estagiários e visitantes do MPDFT;
- 3.12 adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em caso de emergência;
- 3.13 não ausentar-se do posto antes da chegada da rendição;
- 3.14 manter-se sempre com uma postura correta e esperada para um bom profissional da área de vigilância (corpo ereto, cabeça erguida, evitar gírias ou palavrões);
- 3.15 cumprir rigorosamente o horário de trabalho estabelecido no contrato, não abandonando o posto sem motivo justificado;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 3.16 operar sistemas informatizados de registro e controle, bem como equipamentos de inspeção por Raio-X e detectores de metal;
- 3.17 registrar a entrada e saída de veículos oficiais e particulares nas instalações do CONTRATANTE;
- 3.18 fiscalizar o uso correto de crachá por pessoas que transitam no interior do MPDFT;
- 3.19 monitorar, por meio de CFTV, o deslocamento dos visitantes no interior das dependências do CONTRATANTE;
- 3.20 não autorizar a entrada nas dependências do CONTRATANTE, de pessoas armadas, exceto aquelas com previsão em ato normativo específico, devendo, no caso, registrar a ocorrência no livro próprio;
- 3.21 zelar para que o serviço transcorra sempre dentro dos parâmetros previstos no contrato, dando cumprimento às orientações regulamentares;
- 3.22 executar todas as atividades inerentes ao objeto desta contratação, seguindo orientações e determinações da Gestão Contratual da Secretaria de Segurança Institucional - SSI, de acordo com as necessidades do serviço.

4 DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pela execução dos serviços de vigilância armada e desarmada nas condições descritas no Contrato.

4.1.1 A CONTRATADA deverá executar serviço de qualidade, por meio de pessoal habilitado e que possuam anotação profissional em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, realizada pela Delegacia Controle de Segurança Privada-Delesp ou Comissão de Vistoria-CV, por ocasião do registro do certificado de curso de formação, treinados e capacitados para atuarem dentro dos edifícios que compõem às unidades do MPDFT.

4.1.2 A empresa contratada deverá fornecer aos seus empregados, sempre que necessário, todo o equipamento de proteção (EPI) e acessórios que proteja a saúde e integridade física do trabalhador.

4.1.3 Caberá à empresa contratada orientar seus empregados quanto ao uso correto dos EPIs, bem como tornar seu uso obrigatório.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

4.1.4 As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade da CONTRATADA, na forma da Lei nº 7.102/1983, vejamos:

Art. 21 – As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

- das empresa especializadas;

- dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.

(Lei nº 7.102/1983. Grifamos)

4.1.5 Para os vigilantes armados, a permissão para o porte de arma será estritamente em serviço, de acordo com o art. 22 da Lei nº 7.102/1983.

*Art. 22 - Será permitido ao vigilante, **quando em serviço**, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.*

(Lei nº 7.102/1983. Grifamos).

4.1.6 Os vigilantes armados deverão portar dois tipos de armas, letal e menos letal (eletro incapacitante), que serão fornecidas pela CONTRATADA:

a. arma letal: revólveres calibre .38 (ponto trinta e oito), 5 tiros, cano de 4 polegadas; e

b. arma menos letal, tipo pistola lançadora de dardos energizados (dispositivos elétricos incapacitantes).

4.1.7 A empresa CONTRATADA deverá realizar semestralmente a limpeza e revisão de todo o armamento utilizado na prestação do serviço. Este trabalho deve ser feito por armeiro especializado e credenciado pela Polícia Federal.

4.2 Da equipe técnica:

4.2.1 Para o exercício da profissão, os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão preencher os seguintes requisitos:

4.2.2 Para o cargo de Supervisor de Serviço de Vigilante, será obrigatória a escolaridade mínima do ensino médio completo;

4.2.3 Para o cargo de Vigilante, armado e desarmado, será obrigatória a escolaridade mínima do ensino médio completo;

4.2.4 A escolaridade mínima exigida deverá ser comprovada até 15 dias após o início da prestação dos serviços, ou até 05 dias corridos após a admissão de novos empregados, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC.

4.2.5 Os postos de trabalho obedecerão as seguintes escalas:

4.2.5.1 Escala 12h x 36h (doze horas trabalhadas e trinta e seis horas de descanso entre os turnos de serviço), com início às 06 horas e término às 18 horas do mesmo dia (diurna) e início às 18 horas de um dia e término às 06 horas do dia posterior (noturna);



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

4.2.5.2 Escala 44h (5 x 2 - cinco dias de trabalho, de segunda-feira a sexta-feira e dois dias de descanso, sábado e domingo), num total de 44 horas semanais, com horário distribuído entre 7h e 21h).

4.2.6 Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará recursos humanos nas dependências do CONTRATANTE, nas categorias profissionais, nas quantidades e na carga horária constantes no Anexo III deste Caderno de Encargos e Especificações.

4.2.7 A distribuição dos postos, turnos e horários descritos no parágrafo anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

4.2.8 É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar de seus empregados.

4.2.9 O CONTRATANTE, poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários extraordinários, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

4.2.10 A frequência dos empregados da CONTRATADA será controlada por meio de equipamento de registro de ponto eletrônico, disponibilizado pela CONTRATADA e alocado nas dependências do CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE nº 1.510/2009, alterada pela Portaria MTE nº 2.686/2012, os quais deverão registrar o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída. Caso o equipamento permaneça em falha por mais de 48 horas, deverá ser providenciada sua substituição imediatamente.

4.3 Da qualificação dos profissionais:

4.3.1 A prestação dos serviços compreenderá o fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos e todo o material necessário à execução das atividades.

4.3.2 Os funcionários designados para prestar os serviços deverão preencher os seguintes requisitos mínimos e possuir as características abaixo relacionadas:

4.3.2.1 Os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho de vigilância deverão atender aos seguintes requisitos comprovados até 15 dias após o início da prestação dos serviços, ou até 05 dias corridos após a admissão de novos empregados:

- a. Ser brasileiro;
- b. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c. Possuir instrução correspondente ou superior ao ensino médio completo;
- d. Estar quite com as obrigações eleitorais;
- e. Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os empregados do sexo masculino;
- f. Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- g. Apresentar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal e Estadual, devendo, tais certidões, serem atualizadas a cada 6 (seis) meses;
- h. Apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 6 (seis) meses, devendo, tais folhas de antecedentes, serem atualizadas também a cada 6 (seis) meses;
- i. Possuir certificado do curso de formação de vigilantes expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida;
- j. Apresentar, quando solicitado, certificado de conclusão do curso de reciclagem profissional para vigilantes, de acordo com o que determina a Portaria nº 3.233/2012, do Ministério da Justiça;
- k. Ser portador da Carteira Nacional de Vigilante, fornecida pelo Departamento de Polícia federal, vinculado ao Ministério da Justiça; e
- l. Os profissionais que utilizarem os equipamentos eletro-incapacitantes, deverão possuir certificado do curso de extensão em equipamentos não-letais, de acordo a Portaria nº 3.233/2012, do Ministério da Justiça).

4.3.2.2 O profissional a ser alocado no posto de trabalho de Supervisão deverá atender aos seguintes requisitos, comprovados até 15 dias após o início da prestação dos serviços, ou até 05 dias corridos após a admissão de novos empregados: além dos acima descritos:

- a. Ser ágil na execução das determinações operacionais emitidas pelo Contratante; e
- b. Possuir experiência de no mínimo 12 meses na atividade de vigilância patrimonial que deverá ser comprovada até 15 dias após o início da prestação dos serviços, ou até 05 dias corridos após a admissão de novos empregados, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC.
- c. Possuir perfil de liderança e conhecimentos em gerenciamento de pessoal, de modo a evitar ou solucionar conflitos já instalados.

4.3.3 Quanto à exigência do **grau de escolaridade** constante nos requisitos mínimos, o art. 16 da Lei 7.102/1983 estabelece os requisitos para o exercício da profissão de vigilante. Não obstante a exigência mínima disposta em seu inciso III, “instrução correspondente à quarta série do primeiro grau”, a contratação em tela exige **o ensino médio completo como pré-requisito para ocupação do posto**.

4.3.4 O profissional deverá manter-se sempre dentro dos padrões de apresentação e higiene exigidos pelo CONTRATANTE, conduzir-se com urbanidade e educação, tratando todos com respeito, procurando atender ao público, Membros e Servidores do CONTRATANTE, com atenção e presteza.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

4.3.5 Deverá, ainda, possuir as seguintes características pessoais: aptidão para o desempenho de suas atribuições; higidez física; conduta adequada; iniciativa; dinamismo; capacidade de trabalhar em equipe; organização pessoal; bom gerenciamento de tempo; capacidade de comunicação; capacidade de lidar com situação de frustração e *stress*; discrição e sigilo profissional; cortesia e capacidade de lidar com o público; saber zelar e conservar todo material a eles entregue para a execução do serviço.

1

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.1 na execução deste contrato, a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

1.2 promover cursos, nos três primeiros meses de contrato, de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como: a. sobre práticas socioambientais para economia de energia; b. sobre práticas socioambientais para economia de água; e c. sobre práticas socioambientais de redução de geração de **resíduos** sólidos no ambiente onde se prestar o serviço, conforme as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e programa interno de separação de resíduos sólidos da CONTRATANTE;

1.3 fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

1.4 seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MPDFT;

1.5 elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MPDFT;

1.6 adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão;

1.7 implantar, dentro de no máximo 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra nos respectivos postos de trabalho contratados e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela contratante, informando, em tempo hábil,



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;

1.8 manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao posto de trabalho. As faltas não repostas, sejam quais forem os períodos ou motivos, serão abatidas do valor pago mensalmente, independente de outras penalidades contratuais;

1.9 substituir em 24 horas, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços;

1.10 fornecer mão de obra capacitada, com idade não inferior a 21 (Vinte e um) anos, com a qualificação mínima exigida no tópico 4.3.2.1 deste Caderno de Encargos e Especificações para a perfeita execução dos serviços continuados nos Postos objeto do Contrato. Os profissionais deverão ser devidamente capacitados, obedecendo aos requisitos da Administração quanto à jornada, tarefas a serem executadas, requisitos mínimos, de acordo com o presente Termo de Referência;

1.11 garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;

1.12 manter seu pessoal identificado com crachá, fornecido pela contratante, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio;

1.13 elaborar um plano de férias, em até 30 dias após o início da vigência do contrato, onde constará o nome do funcionário, a data prevista para início e término de suas férias. Ressalta-se que o substituto deverá se apresentar em um dia útil que antecede o gozo das férias do funcionário, para que as informações referentes ao desempenho da atividade sejam repassadas. Em caso de modificação das datas previstas, as mesmas deverão ser informadas, com antecedência mínima de 10 dias, devidamente justificadas, por escrito, sendo atualizado o plano de férias;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 1.14** fornecer aos seus empregados vale-transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho;
- 1.15** os salários para cada categoria deverão ter como piso o resultado do acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho, entre o sindicato patronal e de trabalhadores;
- 1.16** o vale-alimentação deverá obedecer aos valores acordados no acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho;
- 1.17** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 1.18** cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas e segurança da Administração;
- 1.19** prever toda a mão de obra necessária para garantir a perfeita execução dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 1.20** efetuar o pagamento de seus funcionários, através de rede bancária, via depósito bancário, a fim e evitar interrupções na prestação dos serviços, bem como possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante;
- 1.21** manter atualizado o seu cadastro no SICAF;
- 1.22** responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio /ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;
- 1.23** responsabilizar-se pela conduta dos seus empregados que forem incompatíveis com as normas da contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;
- 1.24** fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando- se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 1.25** prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela contratante, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 1.26** adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor custo;
- 1.27** registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, por meio manual, mecânico ou eletrônico;
- 1.28** nomear um preposto para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o Gestor do Contrato, solicitando às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência,



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93;

1.29 entregar os uniformes completos aos seus empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser enviada ao gestor nos padrões estabelecidos neste contrato;

1.30 responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos;

1.31 não produzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE;

1.32 entregar ao gestor do contrato agregado a fatura mensal, cópia autenticada dos comprovantes da Guias de Recolhimento do INSS, FGTS com a relação de funcionários alocados para a prestação do serviço, bem como o comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas, como vale- transporte, vale-refeição, salários, gratificação natalina, férias, entre outros, informando nome completo e CPF, data de entrega, a quantidade e o valor dos vales, o mês de competência, contendo a assinatura do empregado atestando o recebimento dos mesmos, correspondente ao mês, da última competência vencida compatível com efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º do artigo 31 da lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995. Se a documentação não for apresentada, não será atestada a fatura;

1.33 qualquer atraso ocorrido por parte da empresa na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

1.34 o atraso descrito no item anterior não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

1.35 emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento, e apresentá-la acompanhada da documentação descrita nos subitens subsequentes;

1.36 certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.37 a manutenção da condição de irregularidade perante o fisco, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993;

1.38 folha de Pagamento Analítica, referente ao mês dos serviços faturados, na qual constem todos os empregados que atuaram no MPDFT, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;

1.39 comprovante de quitação da Folha de Pagamento, referente ao mês dos serviços faturados, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data do pagamento (crédito) e valor creditado;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

- 1.40** outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no inciso anterior;
- 1.41** no mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a contratada deverá apresentar, na fatura do mês seguinte, também o comprovante de pagamento deste;
- 1.42** prova de pagamento dos auxílios-alimentação e transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas;
- 1.43** relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;
- 1.44** caso algum empregado opte por não receber o vale-transporte, a Contratada deverá apresentar, junto com a documentação no mesmo mês da não opção, declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado, sendo o valor passível de glosa na fatura correspondente;
- 1.45** o contratante, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados;
- 1.46** pagar, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês anterior ao faturado na nota fiscal, auxílio-alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda aos respectivos deslocamentos;
- 1.47** viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 1.48** fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 06 do MTE;
- 1.49** orientar os empregados dos postos de trabalho a não exercer qualquer tipo de atividade comercial (venda, promoção, representação etc.) dentro das dependências do MPDFT, inclusive no intervalo de almoço;
- 1.50** manter filial ou representação com atuação no segmento, devidamente constituída no Distrito Federal, no caso de empresa sediada em outra unidade da Federação, conforme dispõe o artigo 5º da Portaria DPF/MJ nº 3.233/2012.
- 1.51** manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 1.52** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o MPDFT, e



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

1.53 responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao MPDFT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

2 DO FORNECIMENTO DE UNIFORMES À EQUIPE:

2.1 A CONTRATADA deverá fornecer uniforme completo a todos os empregados, devendo observar as especificações indicadas no anexo I deste Termo;

2.2 O custo com uniforme é de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo ser repassado aos empregados;

2.3 O quantitativo de uniformes masculino e feminino observará a listagem constante do anexo I deste Termo;

2.4 Os uniformes destinados aos vigilantes, especificados no contrato, estarão sujeitos à prévia aprovação da Gestão Contratual, devendo a CONTRATADA, com antecedência, submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido de cada peça que compõe o conjunto de uniforme, resguardando-se o direito do CONTRATANTE de exigir a substituição dos que não corresponderem as especificações, limitada a 2 (duas) rejeições; sob pena de aplicação de sanções;

2.5 Os uniformes completos deverão ser entregues aos vigilantes antes do início da vigência do contrato;

2.6 O uniforme será entregue, mediante recibo (nominal) assinado individualmente pelo vigilante, contendo nome, especificação de cada peça, incluindo tipo, tamanho, quantidade e data de efetiva entrega/recebimento escrita de próprio punho pelo recebedor;

2.7 Todas as peças que compõe os uniformes deverão ser entregues juntas, em um único dia, nas dependências do CONTRATANTE, em local a ser definido pela Gestão Contratual;

2.8 Entregar cópia do original autenticada pela Gestão Contratual, do recibo de fornecimento do uniforme ao vigilante, objetivando a anexação ao processo de acompanhamento do contrato;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

2.9 Todos os itens que compõem o conjunto do uniforme devem ser novos e de primeiro uso, confortáveis e ajustados às medidas de cada empregado, seguindo padrões de qualidade e apresentação exigidos pelo CONTRATANTE;

2.10 A CONTRATADA deverá fornecer uniformes apropriados às gestantes, substituindo-os quando necessário, para garantir o devido conforto à gestante;

2.11 A CONTRATADA deverá substituir os conjuntos de uniformes conforme a periodicidade estabelecida em documento constante no Item 2 do Anexo I, ou a qualquer tempo, no prazo máximo de 7 (sete) dias após comunicação formal do CONTRATANTE ou quando apresentarem-se desgastados e fora das condições mínimas de apresentação exigidas;

2.12 É vedado à CONTRATADA na execução do contrato:

2.13 Substituir a entrega dos uniformes aos seus empregados, por pecúnia;

2.14 Descontar do salário dos empregados qualquer custo do uniforme; e

2.15 Exigir do empregado a devolução dos uniformes usados no momento da sua substituição por novas peças/conjuntos.

ANEXO I
UNIFORMES

- 1.** Serão adquiridos pela Contratada e distribuídos aos 198 empregados.
- 2.** Quantitativo de peças:

MASCULINO – TERNO		
PEÇA	Quantidade de peça para cada empregado	PERIODICIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE CADA PEÇA
Terno (paletó e calça)	2 (dois) ternos (dois paletós e duas calças)	12 (doze) meses
Gravata	2 (duas) gravatas	12 (doze) meses
Camisa	4 (quatro) camisas	12 (doze) meses
Sapato	1 (um) par de sapato	6 (seis) meses
Meia	2 (dois) pares de meia	6 (seis) meses
Cinto	1 (um) cinto	12 (doze) meses



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

FEMININO – BLAZER		
PEÇA	Quantidade do item/peça para cada empregado	PERIODICIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE CADA PEÇA
Blazer	2 (dois) blazers	12 (doze) meses
Calça	2 (duas) calças	12 (doze) meses
Blusa	4 (quatro) blusas	12 (doze) meses
Sapato	1 (um) par de sapato	6 (seis) meses

3. Especificações:

MASCULINO			
Peça	Características	Quantidade de peça para cada empregado	Periodicidade de fornecimento e durabilidade de cada peça
Terno (paletó e calça)	<p>Cor: preta (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Especificação do tecido: 100% poliéster; gramatura linear 291 e gramatura g/m² 202, podendo haver variação de 5% para mais ou para menos.</p> <p>Padronagem do paletó: Frente: abotoamento frontal por 3 (três) botões, com casa de olho; lapela normal; Bolso: 6 (seis) bolsos, sendo: 1 (um) embutido na parte externa, superior no lado esquerdo, com vista larga 3 cm de largura; 2 (dois), embutidos na parte inferior externa, com portinhola medindo 6 cm de largura; 2 (dois) embutidos na parte interna; 1 (um) embutido na parte inferior interna, lado esquerdo; Gola: normal com feltro; Manga: forrada, com 3 (três) botões em cada punho; Traseiro: forrado sem abertura, costura vertical na união dos traseiros; Forro paletó: parte interna coberta com forro 100% acetato; Forro bolso: 100% acetato; Ombreira embutida de poliéster e algodão, feltro para baixo da gola poliéster; Etiqueta: composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Padronagem da calça: Social, sem pregas; Bolsos: na frente, tipo faca (lados direito e esquerdo), com pesponto de 2 mm; 2 (dois) bolsos traseiros (lados direito e esquerdo) presos por 1 (um) botão, pesponto abaixo do có, com fechamento por zíper de náilon ou material resistente à ferrugem, de 18 cm trava automática; Cós: postigo de 3,5 cm com extensão retangular com fechamento por ganho metálico e 1 (um) botão na extensão, com 6 (seis) passantes de 1 cm, forro de có montado; Aviamentos: cor do tecido; linha 100% poliéster; forro de bolso 67% poliéster e 33% algodão; e Etiqueta: composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Tamanho do terno (paletó e calça): de acordo com o manequim do usuário, com os ajustes necessários.</p>	2 (dois) ternos (dois paletós e duas calças)	12 (doze) meses
Gravata	<p>Cor: preta (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Especificação: em tecido <i>jacquard</i>, 100% poliéster, modelo padrão com ponta em seta; sem nó permanente; passante duplo (sendo um passador do próprio tecido e uma etiqueta de marca bordada); entretela grossa; forro liso; largura de 6 a 8 cm (fina- média) na parte mais larga; comprimento ajustável pelo nó (no mínimo, para nó duplo <i>Windsor</i>, manequim 40).</p>	2 (duas) gravatas	12 (doze) meses



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Camisa	<p>Modelo: social, mangas longas. (modelo e tonalidade a serem aprovadas, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Cor: Azul para os vigilantes e cinza para os supervisores.</p> <p>Especificação do tecido: em tecido misto 70% a 73% de algodão e 27% a 30% de poliéster, de modo a não deixar transparecer a cor do corpo.</p> <p>Padronagem da camisa:</p> <p>Colarinho entretelado firme com reforço, com botão embutido debaixo da gola, entretela 100% algodão; pespontado, fechável por um botão em casa horizontal; pala dupla (2 panos), com etiqueta de marca, tamanho e composição do tecido; mangas compridas, tombada e rebatida com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 5,4 cm) pespontados e⁴ abotoáveis 2 (dois) botões em cada punho; bolsos com bainha simples modelo de bico, à altura do peito, lado esquerdo, reforços, vista Francesa (com pestana) com entretela com 3,5 cm de largura, botão reserva na vista interna; fralda recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; ombro com costura embutida e pesponto na beira; costa com 2 (duas) pregas macho; abertura frontal em toda a extensão, fechável por botões em casas verticais; etiqueta de composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Tamanho: de acordo com o manequim do usuário, com os ajustes necessários.</p>	4 (quatro) Camisas	12 (doze) meses
Sapato	<p>Modelo: social.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Especificação: couro Napa Itália, solado em borracha e polímero, blaqueado (costurado), com bolha de ar (sistema anti-impacto), palmilha antimicrobianas, revestidas com espuma jacar e pu.</p>	1 (um) Par	6 (seis) meses
Meia	<p>Modelo: social.</p> <p>Cor: p r e t a (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Especificação: 100% algodão.</p>	2 (dois) pares	6 (seis) meses
Cinto	<p>Modelo: social.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Especificação: couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela de 4,0 cm, largura x 5,8 cm de comprimento, em metal com acabamento em níquel escovado, sem garra regulável para ajustar o tamanho.</p>	1 (um) cinto	12 (doze) meses



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

FEMININO			
Peça	Características	Quantidade de peça para cada empregado	Periodicidade de fornecimento e durabilidade de cada peça
Blazer	<p>Cor: Preta – mesma tonalidade dos ternos masculinos. (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Modelo: social.</p> <p>Especificação do tecido: Oxford 100% poliéster, largura 1,45; composição de 100% poliéster: gramatura linear 270; poderá haver variação de 5% para mais ou para menos.</p> <p>Padronagem do blazer:</p> <p>Básico, com corte arredondado na frente, todo forrado (frente, traseira e mangas) em tecido de 100% acetato; Mangas compridas, sem abertura e forradas em tecido de 100% acetato;</p> <p>Frente: com 02 (dois) pences e abertura fecháveis por 03 (três) botões;</p> <p>Gola com modelo tradicional, forrada no mesmo tecido;</p> <p>Ombreira de feltro, embutidas;</p> <p>Bolsos: 03 (três), sendo: 02 (dois) embutidos na parte inferior externa, de 5 cm cada, com vista de 0,5 cm no mesmo tecido e abertura de 12 cm e 01 (um) embutido, no lado esquerdo superior, com vista de 3 cm de altura, mosqueado nos cantos; Traseiro forrado, com costura centralizada na união dos traseiros, 02 (duas) pences;</p> <p>overlock nas partes desfiadas do tecido; Entretela: Puro pes;</p> <p>Etiqueta: composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Tamanho: de acordo com o manequim da usuária, com os ajustes necessários.</p>	2 (dois) blazers	12 (doze) meses
Calça	<p>Cor: a mesma do blazer. (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Modelo: alfaiataria.</p> <p>Especificação do tecido: a mesma do blazer. Padronagem da calça:</p> <p>Social, sem prega, com cós;</p> <p>Frente fechável por zíper comum com 12 cm, de náilon fino comum, com braguilha, com 01 (um) botão no cós para fechamento tam. 20 (diâmetro de 1 cm) na cor do tecido;</p> <p>Cós anatômico de 3,5 cm no próprio tecido entretelado e fitilhado em cetim;</p> <p>Traseiro: com 02 (dois) pences; overlock nas partes desfiadas do tecido;</p> <p>Etiqueta de composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Tamanho: de acordo com o manequim da usuária, com os ajustes necessários.</p>	2 (duas) calças	12 (doze) meses
Blusa	<p>Cor: Azul para as vigilantes e cinza para as supervisoras. - mesma tonalidade das camisas masculinas (tonalidade a ser aprovada, por meio de amostra, pela fiscalização).</p> <p>Modelo: Social.</p> <p>Especificação do tecido: crepe cochilo 100% poliéster.</p> <p>Padronagem da blusa: gola larga, tipo colarinho, entretelada, pespontada, com um botão para fechamento, em casa horizontal;</p> <p>Punho de 6 cm de largura; Mangas curtas;</p> <p>Frente com abertura para vestir ou desvestir em toda extensão, fechável por botões em casa verticais e 2 (dois) pences;</p> <p>Traseiro com 2 (dois) pences;</p> <p>Botão tamanho 18 cor do tecido, quantidade: 05 a 06; overlock nas partes desfiadas do tecido;</p> <p>Entretela puro pes; caseado à máquina;</p> <p>Etiqueta de composição do tecido, tamanho da roupa, marca da confecção, instruções de lavagem e conservação do uniforme e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Tamanho: de acordo com o manequim da usuária, com os ajustes necessários.</p>	4 (quatro) blusas	12 (doze) meses
Sapato	<p>Cor: Preta.Modelo: scarpin.</p> <p>Especificação do calçado: Cabedal em couro ecológico; salto Bloco com 3 a 5cm de altura; solado antiderrapante; palmilha macia.</p>	1 (um) par de sapato	6 (seis) meses



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ANEXO II EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

1. Serão adquiridos pela Contratada e distribuídos aos empregados conforme as particularidades de cada posto.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA					
Item	TIPO	Especificação	Qtd	Periodicidade de fornecimento	Prazo de Vida útil
01	Arma letal	Revólver calibre .38 Comprimento do cano de 4 Polegadas. Capacidade de 5 munições. Uso compartilhado. Marca de referência: Taurus ou similar.	67	Vigência do contrato	20 anos
02	Munição	Munição, original do fabricante, para arma letal, calibre .38 – SP + P – CBC (não será permitido, sob qualquer hipótese, o uso de munições recarregadas). Uso compartilhado.	670	Semestralmente	5 anos
03	Cinto tático	Cor preta; Fabricado em nylon duplo, com underbelt, com uma tira de polímero rígido em seu interior, proporcionando estabilidade mesmo com vários equipamentos acoplados; Tamanho 110 cm, largura 4,5 a 5 cm; Espessura 3,5 mm; Regulável: velcro interno para ajustar o comprimento; Fivela construída em polímero ABS, com abertura rápida do tipo Tic-Tac;	193	Vigência do contrato	03 anos
04	Coldre de cintura	Coldre de cintura, na cor preta, compatível com o revólver calibre .38 fornecido.	193	36 (trinta e seis) meses ou antes de completado esse período, quando se identificar a necessidade.	5 anos
05	Porta munições	Confeccionado em nylon com capacidade para 05 munições .38, cor preta. (compatível com o cinto tático)	193	36 (trinta e seis) meses ou antes de completado esse período, quando se identificar a necessidade.	03 anos
06	Arma menos letal (dispositivo elétrico incapacitante)	Arma menos letal tipo pistola lançadora de dardos energizados – (dispositivo elétrico incapacitante), com coldre em polímero, bateria, carregador de bateria e pelo menos dois cartuchos incapacitantes com alcance mínimo de 06 metros	06	Vigência do contrato	20 anos
07	Colete balístico (placa balística)	Colete balístico, de uso dissimulado, nível de proteção III-A. Medidas: de acordo com o manequim do usuário.	73	Vigência do contrato, dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante.	05 anos
08	Capa para colete balístico	Capa para colete balístico, nível III-A de uso dissimulado. Feita em material resistente, na cor preta, com ajustes por velcro nos ombros e nas laterais e suporte para Placas Balísticas. Medidas: de acordo com o manequim do usuário. Uso	193	Troca da capa obrigatória a cada 6 (seis) meses, ou antes de completado esse período quando se identificar a necessidade (desgaste, má apresentação).	02 anos



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

		individual. 01 (uma) para cada vigilante.			
09	Rádio Transmissor DIGITAL	Aparelho rádio comunicador tipo VHF/UHF, com 4 a 5 Watts de potência, digital, capacidade de canais programáveis mínimo 32, operando na faixa de 438 a 470 MHz, chamada de alerta (tipo PTT), bateria recarregável de 1600mAh, com respectivos cabos, base e carregador de bateria. Acompanhado de clip para cinto, estojo em couro. Marca/modelo de referência: Motorola DEP450 ou de marca/modelo similar ou superior.	75	Vigência do contrato	05 anos
10	Fone auricular externo, com Microfone e PTT	Fone de ouvido auricular de silicone, com microfone e PTT de lapela, acompanhado de clip para camisa e espiral no cabo, na cor preta. Deverá ser novo, de primeiro uso. Confortável para uso prolongado. Compatível com o rádio comunicador fornecido. Uso individual.	198	Vigência do contrato	05 anos
11	Lanterna	Tática Profissional em Led, com zoom, recarregável, com no mínimo 390.000 Lumens, com respectivos carregadores. Deve acompanhar porta-lanterna, compatível com o equipamento e com o cinto tático.	40	Vigência do contrato	05 anos
12	Relógio de ponto eletrônico biométrico	Relógio de ponto eletrônico biométrico Control ID ou similar, com capacidade para leitura de digital e emissão de comprovante individual, com capacidade para pelo menos 4 leituras dia de 158 empregados. O equipamento deve obedecer às normas da Portaria MTE nº 1.510/2009.	17	Vigência do contrato	
13	Capa de chuva	Cor: preta, com faixas refletivas; Com capuz; Manga longa; Confeccionada em tela de poliéster revestida de PVC em uma das faces; Costuras através de solda eletrônica.	17	Vigência do contrato	12 meses
14	Cofre para guarda de arma	Cofre para guarda de arma de fogo que comporte o quantitativo de armas de cada posto	15	Vigência do contrato	10 anos

ANEXO III

QUADRO RESUMO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA QUE SERÃO CONTRATADOS

LOCALIZAÇÃO	TIPO DE POSTO	QTD.	TURNO	ARMAMENTO	JORNADA DE TRABALHO	HORÁRIO
Ed. Sede Bloco "A" Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 02, CEP: 70.091-900	VIGILANTE	5	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	4	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	4	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

						19h
	VIGILANTE	1	DIURNO	NÃO-LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	SUPERVISOR OPERACIONAL	1	DIURNO	DESARMADO	12X36	06:00 ÀS 18h
Ed. Sede Bloco “B” Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 02, CEP:70.091-900 Brasília- DF	VIGILANTE	4	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	4	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	3	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	VIGILANTE	2	DIURNO	NÃO-LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	SUPERVISOR OPERACIONAL	1	NOTURNO	DESARMADO	12X36	18:00 ÀS 06h
	SUPERVISOR OPERACIONAL	1	DIURNO	DESARMADO	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Taguatinga/DF, sito a QNC Setor “C” Norte, Área Especial, Lotes 14/15, CEP: 71.116-900	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite do Gama/DF, sito a Área Especial, Setor Norte, CEP: 72.430-130.	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, sito a SEPN 711/911, Lote B, Asa Norte, CEP: 70790- 115. Brasília/DF	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	3	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

	VIGILANTE	1	DIURNO	NÃO-LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite do Paranoá/DF, sito a Quadra 4, Conjunto B, Lote 1, CEP:71570-402	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Planaltina/DF, sito a Área Esp. norte nº 10-A, Setor Administrativo, CEP: 73.310-100	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Samambaia/DF, sito a Quadra 302, Conjunto 01, Lote 02, CEP: 72.300-631	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Santa Maria, sito a Quadra 211, Lote 1, Conjunto 1, Área Especial, Edifício Fórum, CEP: 72.500-000.	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Ceilândia/DF, sito a QNM 11, área especial nº 1, Ed. Anexo do Fórum, CEP: 72.225-110.	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

						19h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de Sobradinho/DF, sito a Ed. Sylvia, Quadra Central, Bloco 07, 2º e 3º andares, CEP:73010- 517	VIGILANTE	3	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	3	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Garagem oficial – Setor de Garagens Norte, Brasília-DF. CEP:70297-400	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
Promotoria de Justiça na Cidade Satélite de São Sebastião/DF, sito a Avenida Comercial, Lote 1.151, Bairro Tradicional, CEP:71691-074	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotorias de Justiça Brasília II, sito a SMAS Trecho 04, Lotes 6/8, ao lado do Fórum José Júlio Leal Fagundes, Brasília/DF CEP:70610- 078	VIGILANTE	4	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	4	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	3	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	VIGILANTE	1	DIURNO	NÃO LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
NAI Quadra 07, lote 785, SAAN-DF	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça de Águas Claras, sito a QS 01 Lote 40 Taguatinga Shopping- Águas Claras – CEP 71950-	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

904	VIGILANTE	1	DIURNO	NÃO-LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
Promotoria de Justiça de Brazlândia Setor Administrativo, Área Especial 04, Lote 02, Brazlândia- DF	VIGILANTE	2	DIURNO	LETAL	12X36	06:00 ÀS 18h
	VIGILANTE	2	NOTURNO	LETAL	12X36	18:00 ÀS 06h
	VIGILANTE	1	DIURNO	LETAL	44 HORAS	09:12 ÀS 19h
TOTAL DE POSTOS	VIGILANTE	116				
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	VIGILANTE	198				